

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS

Priscilla Ferreira de Castro

(*Escola Estadual Marcelo Resende, escolamarceloresende@gmail.com.*)

Resumo: Ao longo deste relato discutiremos a respeito das possibilidades de se trabalhar a partir das experiências, saberes e realidades singulares de cada aluno, propondo princípios e valores considerados significativos na construção do conhecimento e da inclusão do aluno com Deficiência Intelectual. Por fim, buscamos por novas práticas, conceitos ou orientações, mas queremos suscitar questionamentos quanto à relevância do ensino direcionado aos alunos. Atendimento Educacional Especializado inscreve-se como alternativa concreta dentro das políticas em favor da educação inclusiva e passa a ser uma realidade na vida da escola comum, com intuito de prover de recursos e serviços os profissionais para atender as necessidades de aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Devido à relevância do assunto, surgiu o interesse em abordar este tema e investir na compreensão do seguinte objetivo: conhecer as ações didáticas que estão sendo realizadas no espaço educativo do AEE da escola do sistema de ensino estadual de Alagoas.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual, aluno, inclusão.

Introdução

Hoje, o grande desafio que se instalou nas escolas se refere à capacidade de oferecer a cada aluno as respostas às suas necessidades. Neste sentido, é preciso que os profissionais da educação percebam a diversidade e a complexidade existentes na escola. É a partir deste conhecimento que será possível desenvolver práticas de ensino que enfoquem as possibilidades dos educandos, e não suas limitações.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 determina que deverão ser assegurados aos educandos com “necessidades educacionais especiais” currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas especificidades. Diante desta perspectiva, vemos que os serviços de apoio, conhecidos também como recursos educacionais especiais, são necessários para a execução de estratégias

pedagógicas que irão promover “os interesses e as capacidades da pessoa, bem como oportunidades de acesso a bens e serviços, informações e relações no ambiente em vivem” (MEC,1999, p.53).

Para a compreensão das questões que envolvem o AEE e que favorecem as ações na sala de aula, o Decreto n.º 7611/ 2011, no parágrafo 1º, do Artigo 2º, prevê que este deve ser entendido “como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente”. Nesse contexto, é preciso destacar o que está disposto no Manual de Orientação - Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), organizado pelo MEC (2010), que prevê a oferta do AEE articulada à proposta pedagógica do ensino regular e estando contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola. A Resolução nº 4/2009, em seu Art. 10º, também afirma que “o Projeto Pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo sua organização” (MEC, 2010, p. 71). De acordo com o documento orientador (MEC, 2010) para a implantação da Sala de Recursos Multifuncionais, com todos os seus equipamentos e materiais didáticos/ pedagógicos, fica condicionada aos sistemas de ensino, como contrapartida, a organização estrutural com a devida acessibilidade, assim como, a presença de um profissional com formação adequada para atuar na SRM.

O AEE tem como propósito o atendimento complementar ou suplementar à escolarização do aluno com deficiência e não possui um caráter substitutivo. Em relação ao primeiro, procura diminuir as barreiras pedagógicas existentes no meio educacional, por meio de recursos didáticos e pedagógicos, flexibilizando e/ou adequando-os às necessidades de cada aluno, na busca de ampliar o processo de aquisição do conhecimento. No tocante ao segundo, há necessidade de aprofundar ou enriquecer o currículo escolar, planejadas de acordo com o interesse do aluno. Além disso, não é substitutivo porque, além de assegurar condições de acessibilidade ao currículo, faz parte do projeto político pedagógico das instituições educacionais. Desta forma, o AEE busca oportunizar aos alunos público alvo da educação especial, reais condições de serem incluídos na escola comum.

Metodologia

Esta investigação envolve o processo de escolarização dos alunos com Deficiência Intelectual matriculados na de sala de recursos multifuncionais das turmas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental da Rede Pública do Estado de Alagoas. Para acessar as informações, utilizamos os registros com evolução dos alunos.

O registro das atividades na educação é um importante auxílio para avaliar as atividades desenvolvidas, promovendo a construção da identidade da criança, o desenvolvimento de competências, oportunidades de crescimento, a movimentação do corpo, a estimulação dos diferentes sentidos, sentimento de segurança, confiança e oportunidades para o contato com o outro. É necessário apreender que todo indivíduo deve ser entendido como um ser histórico-cultural e, desse modo, a educação necessita buscar um olhar para além das características biológicas e inatas do sujeito. O indivíduo é constituído a partir de suas interações com o meio (VIGOTSKI, 2010), de modo que a cultura e as relações sociais nas quais o estudante está imerso, podem potencializar seu desenvolvimento.

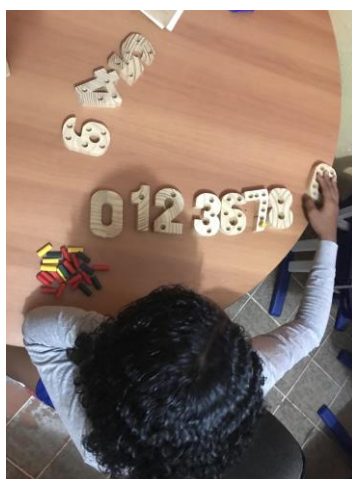


Figura 1: Aluna realizando a atividade de associação dentre números e quantidade.



Figura 2: Ditado de figuras com alfabeto móvel.



Figura 3: Associação dos números com a quantidade de varetas separadas por cor.



Figura 4 : Caçando as letras do nome.

Conclusões

A inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes à diferença de aprendizagem dos alunos. Ela demanda que a escola se transforme em um espaço de trocas o qual favoreça o ato de ensinar e aprender. O professor de AEE oferece acompanhamento em sala de aula para ensinar o uso de recursos destinados aos alunos com deficiência aos professores e demais alunos. O professor do AEE deve identificar e desenvolver estratégias educativas para superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos. Ele inclui em suas ações: avaliação do aluno, a gestão do processo de aprendizagem e acompanhamento desse aluno na sala de recursos multifuncionais e na interlocução com o professor do ensino comum.

A concretização da política de inclusão se expressa pela criação de sala de recursos multifuncionais nas escolas públicas, por uma política de formação de professores em Atendimento Educacional Especializado voltado para atendimento das crianças nessas escolas, bem como pela transformação das práticas pedagógicas e da gestão escolar nas redes de ensino.

Assim, as intervenções pedagógicas que acontecem no AEE visam atender o aluno público alvo da Educação Especial, conjuntamente com o professor regente do ensino comum, no sentido de contribuir para o seu desenvolvimento ao longo de todo processo de aprendizagem. Essas ações interventivas têm como base o atendimento individual ou em pequenos grupos, sendo respeitadas às necessidades específicas de cada aluno.

Gomes (2010, p.09) afirma que o papel do professor de AEE é “importante na construção do conhecimento do aluno. O aluno com deficiência intelectual constrói conhecimentos exercitando sua atividade cognitiva que é estimulada pela intervenção intencional desse professor”. Essas situações da construção de conceitos podem ser efetivadas a partir do preparo de atividades exitosas, diversificadas e que estejam associadas à realidade do aluno. Estas estratégias contribuem para a organização de seu pensamento.

Referências

BRASIL. Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializada na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para alunos com Deficiência Intelectual** /Adriana Leite Lima Verde Gomes, Jean-Robert Poulin, Rita Veira de Figueiredo. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 2.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico**. Trad. Ana Luiza Smolka. São Paulo: Ática, 2009.

